



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 0205019-3

IMPETRANTE: Bela. Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello

193

PACIENTE: André Rodrigues Pugas

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO COMPLEXO - PLURALIDADE DE RÉUS (27), 22 VOLUMES. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUIZ-ESTADO. RAZOABILIDADE. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. A EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS AO RÉU NÃO OBSTA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

2504

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal, quando o excesso de prazo for motivado por injustificada demora do juízo, o que não ocorreu na presente hipótese, pois se trata de processo complexo, envolvendo 27 (vinte e sete) acusados, obedecendo a um rito especial, possuindo, inclusive, 22 (vinte e dois) volumes;

2. A existência de condições subjetivas favoráveis ao réu, por si só, não obsta a manutenção do cárcere provisório, quando presentes as hipóteses justificadoras da prisão preventiva;

4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0205019-3, em que figura como impetrante a Bela. Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello e como paciente André Rodrigues Pugas, acordam os



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia _____ de janeiro de 2010, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

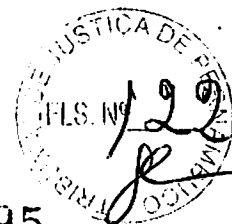
194

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



195

HABEAS CORPUS Nº 0205019-3

IMPETRANTE: Bela. Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello

PACIENTE: André Rodrigues Pugas

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

RELATÓRIO

A presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, foi impetrada pela Advogada Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello, em favor de André Rodrigues Pugas, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 226.2008.008060-1, como incurso nas penas do art. 33, *caput*, art. 35, e art. 40, III e IV, todos da Lei nº 11.343/2006, c/c o art. 69, do CPB, nas consequências da Lei nº 9.034/95 e do art. 2º, da Lei nº 8072/90.

Alega a impetrante, em apertada síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, pois se encontra detido desde 10.02.2009, por força de decreto de prisão preventiva, sem que, até a data da impetração desta ordem, tenha sido designada data para realização da audiência de instrução e julgamento.

Aduz, ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, razão porque pugna pela revogação da custódia preventiva.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/95.

Decisão Interlocutória de fls. 101/102 indeferindo o pedido liminar e solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou por meio do ofício de fls. 109/111.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



196

Em seu parecer de fls. 115/116, o Ministério Público, através do Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra preso preventivamente, acusado do cometimento dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.

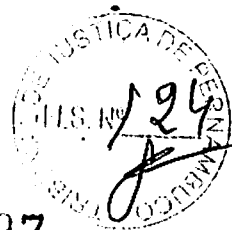
Segundo as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora às fls.109/111:

“(...) o Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional em Pernambuco, vinha investigando um grupo de pessoas, envolvidas com o tráfico de substância entorpecente, inclusive a nível interestadual e internacional, tráfico de armas, uso de armas de grosso calibre em desacordo com a norma legal, grupo de extermínio, milícia privada, roubos, grupo este a quem se atribuiu o comando ao policial militar da reserva remunerada, Fernando Manoel da Silva, vulgo ‘Doca’, registrando que a atuação do grupo no Bairro de Rio Doce, nesta Comarca, com ramificações por outros Bairros, com registro de atuação também no Município vizinho de Paulista”.

Durante a fase investigativa, sempre acompanhada por representante do Ministério Público, foram decretadas interceptações telefônicas, fundada na norma legal, obtendo-se, inclusive, a informação da constituição da ONG S.O.S. COMUNIDADE, a qual recebia, inclusive, recursos públicos porém servia para acobertar a atuação ilegal da quadrilha.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



197

Após cinco meses de intensa investigação, em março de 2009, foi deflagrada a operação policial, sendo presas 22 (vinte e duas) pessoas, por força de mandados de prisões preventivas e temporárias. Efetivadas todas as medidas, os autos do inquérito policial foram enviados ao juízo da 3ª Vara Criminal de Olinda/PE, devidamente relatados, com o total de 22 (vinte e dois) volumes. A denúncia foi oferecida em desfavor de 27 (vinte e sete) acusados, dentre eles o ora paciente. O processo encontra-se, atualmente, no aguardo do oferecimento da totalidade das defesas preliminares, para que, assim, possa ser recebida a inicial acusatória, o que viabilizará a designação da audiência de instrução e julgamento.

Com efeito, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal, quando o excesso de prazo for motivado por injustificada demora do juízo, o que não ocorreu na presente hipótese, pois, como visto, se trata de processo complexo, envolvendo 27 (vinte e sete) acusados, obedecendo a um rito especial, possuindo, inclusive, 22 (vinte e dois) volumes.

Como se sabe, a Lei de Entorpecentes estabelece um rito especial para o processo, devendo ser notificados todos os acusados para apresentarem suas defesas preliminares e somente após o oferecimento de todas as defesas é que é possível o recebimento da denúncia. No caso em questão foram necessárias as juntadas de vários documentos para a regularização do processo, além de que também foi preciso a nomeação de defensor público para um acusado foragido.

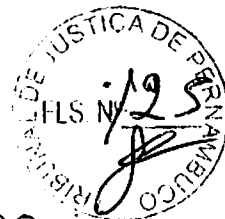
Verifica-se, portanto que o processo em comento está sendo devidamente impulsionado, o que demonstra que a MM. Juíza *a quo* está desempenhando suas atividades com presteza e comprometimento.

Desta forma, observo que o pequeno retardo na marcha processual encontra-se devidamente justificado, não estando caracterizado, portanto, o alegado constrangimento ilegal.

Corroborando todo o exposto, segue trecho de julgamento do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



198

Consoante o princípio da razoabilidade, resta devidamente justificada a necessária dilação do prazo para conclusão da fase instrutória, quando se tem em conta a complexidade do feito, que envolve vinte Réus, sendo necessária a expedição de inúmeras cartas precatórias Precedentes.¹

Sustenta, ainda, a impetrante que o paciente possui condições subjetivas favoráveis à revogação da prisão preventiva, vez que é primário, portador de bons antecedentes, além de ter residência fixa.

Neste ponto faz-se oportuno salientar que o paciente teve sua prisão preventiva decretada com base em uma elaborada investigação policial, estando, a princípio, presentes os motivos ensejadores da custódia cautelar. Ora, é sabido que a existência de condições subjetivas favoráveis ao réu, por si só, não obsta a manutenção do cárcere provisório, quando presentes as hipóteses justificadoras da prisão preventiva.

O Douto Procurador de Justiça, em parecer de fls. 115/116, comungando do mesmo entendimento, afirmou que:

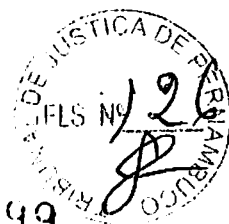
“O Paciente foi denunciado, juntamente com outras 26 (vinte e seis) pessoas, constando da acusação a imputação de tráfico e associação para o tráfico de drogas. A peça ofertada pelo Ministério Público é extensa e relata, em detalhes, o funcionamento de um grupo atuante em prestação clandestina de segurança privada e passa por colaboração com o tráfico de drogas e, ao que demonstram os indícios, também obteve, através de uma suposta ONG, recursos públicos. Nestas circunstâncias, é evidente que um retardo na marcha da ação penal é perfeitamente admissível. Vê-se que a autoridade dita coatora, além de deferir as medidas cautelares que culminaram como o desbaratamento da quadrilha, tem mostrado empenho

1

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HC 128483 / SP HABEAS CORPUS 2009/0026040-5. Relator(a): Ministra LAURITA VAZ. Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Data do Julgamento: 01/09/2009. Data da Publicação/Fonte: DJe 28/09/2009.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



199

na prática dos atos processuais, não sendo de sua responsabilidade o atraso ocorrido. Ademais, o fato de supostamente ser primário e ostentar bons antecedentes não impede a decretação da custódia preventiva, quando amparada na realidade dos autos...”

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator